



Ata Nº 7

Quadriénio 2021/2025

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão da Igreja da Carreira, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se **a reunião extraordinária** de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

Ponto único- PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DE FREGUESIA, Por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25º da Lei nº 39/2021, de 24 de junho- Apreciação e discussão.

O Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Pároco pela cedência do salão para a realização da assembleia. Informou que Cristiana Pinto iria ser substituída por José Carlos Pereira. Esclareceu também que, sendo uma assembleia extraordinária, o público não pode intervir. De seguida, referiu que teve conhecimento da existência deste movimento no dia 21 de outubro, tendo recebido, no dia 4 de novembro, uma proposta de desagregação das freguesias.

Posteriormente, deu a palavra ao representante do *Movimento Carreira Mais*, o senhor Mário Carvalho, que apresentou uma proposta de desagregação de freguesia (Anexo 1).

Paulo Gaspar referiu que a proposta apresentada difere da proposta que tinha sido enviada aos membros da assembleia e do executivo para análise, em alguns pontos, pelo que a proposta em discussão é a que foi primeiramente enviada.

Explicou que, ao abrigo da Lei, foi pedido um parecer à Junta de Freguesia, no dia 7 de novembro, o qual foi enviado para o Presidente da Assembleia no dia 14. Paulo Gaspar solicitou à senhora presidente do executivo se poderia dar uma explicação acerca desse parecer.

Céline Gaspar, após cumprimentar todos os presentes, disse que o parecer foi distribuído e publicado no dia em que foi aprovado em executivo, sendo um parecer positivo, favorável, sendo que condicionado por alguns erros que detetaram na proposta, sobre os quais se manifestaram. Em 2013, as duas freguesias não quiseram a união, mas é importante que os dados apresentados sejam fortemente específicos e explicados, para que possa passar em todas as instâncias. Desde que o Movimento contactou a senhora presidente, todo o executivo se disponibilizou para colaborar em tudo o que estivesse ao seu alcance para a proposta ser apresentada.

De seguida, passou-se à inscrição dos membros da assembleia.

Após cumprimentar todos os presentes, Renato Silva solicitou ao presidente da assembleia que lhe permitisse colocar algumas questões ao executivo, dentro do contexto do parecer que o executivo emitiu, sendo que algumas delas surgiram na sequência de uma reunião que ocorreu na passada quarta-feira, com o Movimento.



Solicitou permissão para colocar as questões e para que as respostas fossem sendo dadas separadamente, para que não fosse demasiada informação ao mesmo tempo, ao que tanto o Presidente da Assembleia como a Presidente do Executivo acederam.

A primeira questão prende-se com o facto de o Movimento ter informado os membros da bancada do Partido Socialista de que não lhe chegaram os elementos suficientes para uma análise e para a elaboração da proposta. Assim, questiona o executivo acerca de que informações terá o executivo fornecido ao Movimento para que se pudesse apoiar na elaboração da proposta.

A senhora presidente do executivo respondeu que o executivo foi contactado no início de agosto e deu as informações sobre a viabilidade financeira, as quais foram elencadas pelo senhor Mário Carvalho. O executivo indicou também o número de eleitores, que, a 5 de agosto, era de 972 eleitores; a informação relativamente aos vencimentos de colaboradores, sejam assistentes operacionais, sejam técnicos, apesar de as tabelas de vencimentos serem públicas. Nos *emails* trocados, referiram-se as despesas que deverão ser consideradas, ao nível dos recursos humanos, da ADSE, da manutenção do edifício da Delegação da Carreira que tem um elevador e há uma obrigatoriedade de despesa fixa, que não existe em Monte Redondo. Céline Gaspar reforçou o facto de toda a informação relativa às contas e aos contratos interadministrativos, por exemplo, estar disponível *online*. Enviou o Mapa de Pessoal, bem como um parecer da ANAFRE, que explicitava como é que o processo deveria ser apresentado. Por tudo isto, na perspetiva do executivo, indicar que não foi facultada informação parece pouco correto. Efetivamente, o executivo enviou toda a informação necessária, que também foi utilizada no seu parecer, além de que a disponibilidade foi sempre total para responder a todas as dúvidas e não sentiu em nenhum momento que o Movimento precisasse de alguma informação que tivesse sido negada.

Renato Silva disse que uma outra questão levantada pelo Movimento se prendia com o valor dos consumos de água, por comparação entre a área da Carreira com a de Monte Redondo. Pediu, por isso, que a senhora presidente explique e justifique como é que aqueles valores de água existem.

Céline Gaspar justificou que os valores que são apresentados na Proposta têm uma diferença em relação aos valores apresentados no parecer do executivo, porque não foi incluído o valor do Pavilhão, nem no que diz respeito à água nem no que respeita à eletricidade. Não foi incluído como sendo uma despesa, paga com receitas próprias, porque o Pavilhão tem um contrato interadministrativo associado. Portanto, ele gera receita e paga-se a si próprio. Ao contrário do que acontecia em 2013, quando Céline Gaspar assumiu a Presidência da Junta, hoje em dia, o Pavilhão não pode dar lucro, porque, caso dê lucro, tem de se devolver a receita ao Município, porque é um Pavilhão gerido ao abrigo de uma Delegação de Competências. Devido a isso, o executivo não considerou o gasto de água dos últimos dois meses de referência nem da eletricidade do Pavilhão.

Quanto à questão dos consumos, nunca foi feito um estudo sobre qual a freguesia que gasta mais ou menos. A Carreira tem cinco contadores e Monte Redondo tem nove. No entanto, no edifício da Junta de Freguesia de Monte Redondo, apesar de ter uma utilização permanente, gasta menos água do que o edifício da Delegação da Carreira, porque há uma utilização diferente do espaço, nomeadamente pelas associações e para



formações. De qualquer forma, os valores apresentados são os que estão nas faturas, que são documentos públicos que qualquer um pode consultar.

Renato Silva disse que o investimento que foi feito na Carreira e que o executivo refere no seu parecer foi igualmente questionado, por parte do Movimento, nomeadamente no que diz respeito à relação entre o montante gasto e as obras executadas, pelo que solicita que o executivo justifique o valor global investido pela Junta e pela Câmara Municipal, indicando, se possível, o que foi executado por cada uma das entidades.

Céline Gaspar começou por fazer uma contextualização relativamente aos investimentos. A Junta de Freguesia não gere receitas próprias suficientes para fazer um investimento de capital avultado. Sempre foi assim e continuará a ser com o modelo de gestão de freguesias que existe. Algumas juntas tiveram a capacidade de criar estratégias de criação de receitas próprias, o que não aconteceu com a maioria nem com Monte Redondo ou Carreira.

Os investimentos são feitos quer através de apoios que vêm do Município que se regem por um regulamento específico que tem um valor associado, definido anualmente, e que paga 85% dos projetos que a junta de freguesia apresenta para investir no domínio da junta, nomeadamente na sede da junta, nas fontes, num terreno que seja pertença da junta. No entanto, esses apoios não pagam a totalidade dos investimentos. Há sempre 15% que a Junta tem de ir buscar às receitas próprias.

Outra forma de investimento de capital que não tem que ver com eventos como o Almoço Sénior ou a Fesmonte, nem com os apoios às associações, são os apoios para fazer obra ou para a aquisição de um equipamento. Se quisermos comprar uma carrinha, a Câmara Municipal apoia em 85% o investimento nessa carrinha, o restante a junta de ir buscar às receitas próprias.

Os contratos interadministrativos de delegação de competências são outra forma que o Município tem de apoiar o investimento nas juntas de freguesia, mas tem de ser explicitamente no domínio público, da competência do Município ou no domínio municipal. Por exemplo, as escolas são da Câmara, mas, por norma, as obras que têm sido realizadas nas escolas têm sido administradas pela junta. Assim, os valores para os investimentos são transferidos para a Junta de Freguesia que os aplica. A referência a essas obras tem a intenção de demonstrar a oposição do executivo relativamente à expressão usada no parecer: «menor eficiência na gestão dos recursos». O executivo não considera que tenha havido menor eficiência na gestão dos recursos, pelo facto de a dimensão poder permitir uma maior eficiência, porque dá mais possibilidades.

Os investimentos que foram referidos no Parecer da Junta de Freguesia, de um modo geral, foram administrados pela Junta de Freguesia ou diretamente pelo Município. As receitas próprias pouco ou nada dão para fazer investimento, seja na Carreira, seja em Monte Redondo, as obras que veem a crescer são apoiadas pelo Município.

Quando refere, no Parecer, investimentos acima de um milhão de euros, sem um valor exato final, relativamente ao saneamento e à pavimentação, porque o Município não enviou a informação detalhada, apesar de a junta a ter solicitado. Essa obra custou mais de um milhão de euros, mas abrangeu a Carreira e a Sismaria, pelo que não é possível dissociar, e porque a obra não foi administrada pela Junta.



Efetivamente, o investimento que foi administrado pela Junta de Freguesia e aquele feito pelo Município soma quase um milhão de euros. Considerando que a obra de saneamento da Carreira e da Sismaria custou mais de um milhão de euros, na Carreira foi gasto mais de um milhão de euros.

Respondendo diretamente à questão colocada sobre a informação das obras, aquilo que está registado inclui as empreitadas feitas pelo Município diretamente, que incluem pavimentação de vários arruamentos; a construção de muros de suporte e proteção na rua Principal da Carreira, obra que teve também investimento da Junta de Freguesia; as várias reparações do Pavilhão que foram feitas diretamente pelo Município e a pavimentação dos arruamentos. Todos os anos, as freguesias têm atribuído um determinado valor para pavimentações, passeios, pluviais, o que for necessário neste âmbito. Esse valor é definido pelo Município, mas quem decide onde é que o investimento vai ser aplicado é a Junta de Freguesia, pelo que não se deve colocar a questão sobre o que é que foi investido pela Junta ou pela Câmara. As opções podem ser questionáveis, mas o contexto em que a situação é referida no parecer é para demonstrar que existiu investimento. Todos gostariam que fosse mais, mas o executivo fez o investimento de acordo com as necessidades apresentadas. A Câmara investiu e administrou diretamente 370, 795, 8 euros (trezentos e setenta mil, setecentos e noventa e cinco euros e oito cêntimos). A Junta de Freguesia efetuou a compra de equipamentos para o Pavilhão, realizou várias intervenções na escola, na construção de casas de banho públicas na Carreira, no cemitério, no Jardim do Largo 30 de junho, em passeios, requisitou balizas, requalificou a fonte da Carreira, entre outras intervenções. Todos estes gastos somaram 340, 144, 80 € (trezentos e quarenta mil, cento e quarente e quatro euros e oitenta cêntimos), com alguns contratos específicos para determinadas obras, que somaram mais 160 mil euros.

Concluindo, a informação que consta do Parecer engloba o que foi administrado pelo junta e pelo município e foi negociado e decidido onde ser investido pelo executivo e pela Câmara. Tanto no tempo do Dr. Raul Castro, como no do Dr. Gonçalo Lopes, a estratégia é sempre a de que as Juntas de Freguesia enviam para o Município a informação sobre onde pretendem gastar o dinheiro.

Céline Gaspar deixou claro que não tem a informação ao cêntimo de quanto da receita própria a junta gastou na Carreira, porque não faz sentido e ninguém gere as coisas dessa maneira, até, porque, para si, a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira constitui um todo, pelo que não divide o dinheiro especificamente pelos lugares, mas investe-o onde ele é preciso.

Renato Silva perguntou se mais algum lugar da união das freguesias teve o investimento da mesma dimensão que teve a Carreira, ao que a senhora presidente respondeu que não.

Renato Silva referiu, ainda, uma situação sobre a qual o abordaram recentemente que tem que ver com os funcionários das escolas que estão em prestação de serviços e que deveriam ser pagos por financiamento da Câmara. A questão é se o valor que a Câmara Municipal atribui para pagar aos funcionários e todas as despesas inerentes é suficiente.

Céline Gaspar explicou que o contrato interadministrativo das escolas tem um valor atribuído, por hora, para os recursos humanos, com um rácio, dependendo do número de alunos da escola. O valor por hora que é pago não é o suficiente. A junta paga às prestadoras de serviço e a Câmara paga à junta de freguesia. A Junta



não pode fazer concursos públicos para recrutar essas pessoas para o quadro, porque o dinheiro não chega, mas porque os contratos administrativos existem até ambas as partes quiserem. Se alguém não quiser o contrato interadministrativo, os recursos ficam ao cargo da junta. No caso, a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, por norma, tem sempre um valor de despesa que é paga com a receita própria, como a segurança social, porque a maioria destas pessoas presta serviços exclusivamente à Junta de Freguesia. Esses valores tem de ser o próprio orçamento da Junta a suportar.

Neste momento, os acordos dos valores das escolas são feitos anualmente. Só no fim do ano letivo é que a Câmara e a Junta acordam valores, até lá, a Câmara atribui um valor mensal mais reduzido e a Junta tem de ter tesouraria capaz para adiantar os pagamentos das escolas. O acordo deste ano somou mais de 16 mil euros. Mas, se o serviço é bem prestado e por proximidade, é sempre preferível a não ter contrato interadministrativo e vir uma empresa cujos funcionários são desconhecidos na comunidade. Há que ter a consciência de que os contratos administrativos, tal como estão atualmente a evoluir, nomeadamente, nos contratos administrativos da manutenção pretende-se que deixe de ser com pagamento mensal, o que vai ter ainda mais implicações na junta de freguesia. Por isso, são um suporte para ajudar a pagar os custos nomeadamente da manutenção das ruas, mas tem de ser ao centímo gasto para aquele efeito.

Renato Silva, em relação ao agrupamento, obteve a informação de que, por vezes, a Junta de Freguesia é que tem de assegurar as falhas de funcionários nas escolas.

Céline Gaspar explicou que, nos estabelecimentos do pré-escolar e primeiro ciclo, ou seja, na escola básica da Carreira e no Centro Escolar de Monte Redondo, quando uma funcionária falta, esteja no pré-escolar ou no primeiro ciclo, o agrupamento pede ajuda à Junta de Freguesia. Ocasionalmente, é possível colmatar essas falhas, para o bem-estar das crianças. Recentemente, a junta teve de suportar uma funcionária mais de um mês e a Câmara Municipal só participou duas semanas.

Na escola sede, a junta faz pequenas reparações e poda as árvores, embora não seja da sua competência, mas o importante é colaborar.

Renato Silva sublinhou que os elementos eleitos pelo Partido Socialista entendem que é pertinente que, nesta sessão extraordinária, de extrema importância, seja para a União, seja para as freguesias separadas, fique absolutamente esclarecido e que fique lavrado em ata, a verdade dos factos. Pediu à senhora presidente do executivo que esclarecesse, de forma clara e resumida, qual era situação financeira de ambas as freguesias aquando da união e que incluísse no seu esclarecimento a questão concreta de uma providência cautelar que a freguesia da Carreira apresentou por não concordar com a união das freguesias, indicando, se possível, o custo implicado, bem como da alienação de equipamento, concretamente a de um trator que existia na Carreira.

Céline Gaspar respondeu que havia um trator na Carreira que não era utilizado há algum tempo, estando a degradar-se, pelo que o executivo decidiu aliená-lo por 2100 euros, estando a guia de recebimento na junta. Esse era o único equipamento que existia na freguesia e foi a única coisa da Carreira que o executivo alienou.



Em relação à situação financeira das duas freguesias, estas foram obrigadas a fazer as contas intercalares, ou seja, no dia 29 de setembro de 2013, foram as eleições, e cada executivo teve de fechar as suas contas. Esse fecho de contas foi para o Tribunal de Contas, sendo um documento público, tal como todos os documentos da Junta de Freguesia são públicos e passíveis de ser consultados, bastando preencher um requerimento para esse efeito.

O saldo de gerência, ou seja, o dinheiro que existia nas contas bancárias e, eventualmente, algum dinheiro em caixa, que foi para o Tribunal, na Carreira era de 529, 38€ (quinhentos e vinte e nove mil euros e trinta e oito cêntimos) e em Monte Redondo de 6259, 91€ (seis mil, duzentos e cinquenta e nove euros e noventa e um cêntimos). Parte deste dinheiro destinava-se a operações de tesouraria, dinheiro que as juntas tinham de entregar à Segurança Social e às Finanças.

Nas contas intercalares, estão espelhadas as faturas por pagar. Monte Redondo devia 43, 940, 82€ (quarenta e três mil, novecentos e quarenta euros e oitenta e dois cêntimos) e a Carreira tinha 16, 562,40€ (dezasseis mil, quinhentos e sessenta e dois euros e quarenta cêntimos).

Nos mapas que foram para o Tribunal de Contas, Monte Redondo tem identificadas as faturas na prestação de contas, enquanto a Carreira não tem, nem as faturas estão na junta.

No entanto, o executivo só tomou posse a 18 de outubro de 2013. O saldo bancário da Carreira era de 1573, 92€ (mil quinhentos e setenta e três euros e noventa e dois cêntimos) e o de Monte Redondo era de 22, 718, 87€ (vinte e dois mil, setecentos e dezoito euros e oitenta e sete cêntimos). A essa data, as faturas que transitaram para pagar de Monte Redondo eram essencialmente as mesmas, visto que os 22 mil euros espelham o Fundo de Financiamento de Freguesias que se recebe em outubro, os 43 mil euros de faturas por pagar e as da Carreira eram de 28, 689, 61€ (vinte e oito mil, novecentos e oitenta e nove euros e sessenta e um cêntimos).

No entanto, depois dessa data, ainda foram recebidas algumas transferências bancárias referentes a assuntos que tinham que ver com as freguesias anteriores. A 7 de novembro, veio uma fatura de 6 mil euros, do pavilhão, que tem que ver com a aquisição de equipamento. Anteriormente, a Câmara Municipal enviava o dinheiro, independentemente de se comprarem os equipamentos ou não, o que não acontece atualmente. O dinheiro tem de ser gasto no local.

Recebeu-se mil euros de um acordo de cedência da sala, para utilização da cave da Junta para o refeitório. Monte Redondo teve essa receita durante a construção do Centro Escolar. Nestes 28 mil euros, havia uma fatura de 16, 218 euros de uma obra na rua da Pedreira, mas que foi apoiada com um pagamento do município a 28 de novembro, de 15 mil euros. No fim, ficaram cerca de doze mil euros da Carreira e trinta e tal de Monte Redondo.

Quanto ao assunto da providência cautelar, o executivo sabia que a Carreira tinha interposto uma providência cautelar contra a união das freguesias, embora Monte Redondo não tivesse aderido, visto que não havia volta a dar à decisão do governo e isso iria produzir uma despesa desnecessária. O executivo teve de pagar cerca de seis mil euros por essa providência cautelar. Foi uma opção da Junta da Carreira.



Renato Silva mostrou-se satisfeito por ter esclarecido estas questões, para que toda a gente fique ciente que a conclusão que tira daqui é que jamais a Carreira andou a sustentar Monte Redondo ou vice-versa.

Joana Pinto cumprimentou todos os presentes e disse que a Bancada do PSD considera que, com base na proposta apresentada pelo Movimento Carreira Mais, e tendo em consideração o Parecer da Junta, é possível verificar que cumpre os critérios para desagregação das freguesias. Com a quantidade de assinaturas entregues, pode verificar-se que a população está unida, o que é mais importante para todos. Consideramos que o Movimento Carreira Mais está consciente e ciente da realidade e de todo o processo, que ainda está no início, o que deixa os membros do PSD muito conscientes do apoio que estão a dar.

José Carlos Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu que o seu voto será sempre igual ao voto da maioria das pessoas da Carreira. Aquando da União das Freguesias, durante o mandato do Ministro Relvas do governo de Passos Coelho, foi contra a união, tendo-se pronunciado na rua, em assembleia, porque estava a perder-se um trabalho que tinha sido feito por carreirenses para conseguirem ser independentes do Souto da Carpalhosa e perder-se-ia a identidade. No entanto, não se perdeu a freguesia da Carreira, que continuou a ser freguesia, tal como Monte Redondo. Nestes anos em que estive na assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, na sua opinião, a Carreira não deixou de fazer nada que não fazia quando era uma freguesia isolada. A Carreira teve muitas coisas que, provavelmente, não teria se fosse sozinha, pelo que chegou à conclusão de que todos vão perder com a desagregação, pelo que se deve ponderar se é a melhor solução. Ofereceu-se para colaborar com o Movimento.

Vítor Tomé, após cumprimentar todos os presidentes, referiu que, quando foi feita a agregação das freguesias, manifestou a sua posição desfavorável. Mas, dado o estado em que se encontra a Carreira, o país e o mundo, considera que não existem condições financeiras para que a Carreira volte a ser uma freguesia isolada, porque a Carreira nunca deixou de ser freguesia, simplesmente se agregou à freguesia de Monte Redondo.

Lamento que haja membros do Movimento Carreira Mais que anteriormente defendiam a agregação, dando como exemplo as atas das assembleias de 5 de dezembro de 2013 e de 27 de maio de 2017: “Há alguns critérios que dificilmente a Carreira poderá atingir, havendo a questão dos FEF, dos FFF, da área e é importante que se tome consciência de que a Carreira na altura foi freguesia, mas neste momento a realidade é totalmente diferente.”

Neste momento, essa pessoa está a encabeçar este Movimento a dizer que, apesar de as contas serem negativas, a Carreira, enquanto freguesia separada, é viável financeiramente.

Acha que temos de falar no futuro e pensar no passado. No passado, fazia 20km de bicicleta para ir trabalhar. Mais tarde, comprou uma motorizada e passou a fazer 56 km. Depois comprou um carro. Não voltaria a ir de bicicleta para o trabalho, mas, se tiver de ser, terá de ir.

Não tendo intenção de ferir ninguém, porque pensa que todos tentaram fazer o melhor, mostrando o peso que a Carreira tinha no passado, em termos de habitantes e financeiramente, mas que foi perdendo como junta de freguesia.



Durante os 26 anos que passou no Grupo Desportivo Carreirense, passaram pela junta dois presidentes e pelo clube vários presidentes. Vítor Tomé deu alguns exemplos de situações em que a Junta não ajudou o Clube, como a gratuidade de utilização por ser o clube mais representativo, sendo cobrados dois mil euros pela utilização pela Câmara, ou a possível compra de uma carrinha de 9 lugares. A Junta também não ajudou financeiramente na construção da sede. Posteriormente, a Divisão de Desporto começou a cobrar cerca de 27 euros por hora em treinos e cerca de 30 euros por hora em jogos. Nessa altura, o senhor Vítor Tomé e o presidente do clube nessa altura, Rui Santos, foram falar com o Sr. Mário, que respondeu que, como a freguesia já não tinha peso, nada poderia ser feito. Então, perdemos o protocolo e durante 8 anos não houve ajudas financeiras ao clube.

Com isto tudo, curiosamente o movimento fala do Pavilhão Desportivo ao serviço da comunidade Carreirense. O pavilhão tem atividades todos os dias da semana nos horários pós-escolares e nenhum residente da Carreira utiliza esse espaço.

70% das crianças que frequentam a escola primária não residem na Carreira, mas frequentam-na, não é só por a escola ser bonita, mas sim pelas condições que a atual junta implementou. No passado, no início do ano letivo, pagavam-se 5 euros para fotocópias, fosse o valor gasto ou não.

No passado, pagava-se 1.90€, pelas refeições, quando se deveria pagar 1.46€, que é o valor atual. Neste momento, paga-se 1.46€ e existem escalões consoante os rendimentos, o que não acontecia no passado, apesar de a câmara dar apoios nesse sentido.

Os alunos têm água engarrafada e à descrição. No tempo de férias, têm passeios mais económicos, porque se conseguem juntar as crianças de Monte Redondo e encher o autocarro.

O Movimento, nas reuniões que fez com a população, referiu valores de 40 mil euros de receitas e 60 mil euros de despesa, com um saldo negativo de 20 mil euros, e referiram que era sustentável a carreira ser independente. Depois, só pretendiam um cantoneiro, que seria o coveiro, porque ele pagava-se a si próprio com os funerais. Vítor Tomé afirma que teve o cuidado de fazer os cálculos: se o coveiro tem um rendimento anual de 15 mil euros e cada sepultura custa 120 euros, este valor só seria possível de alcançar se ocorressem, pelo menos, 125 óbitos, o que não acontece, felizmente, na União das Freguesias.

Na versão seguinte, o Movimento afirmou que pretendia uma administrativa, já não seria necessário um cantoneiro. No entanto, o cantoneiro também faz imensa falta. Além da limpeza, é necessário alguém para tratar do cemitério ou para desentupir a máquina de lavar loiça na escola, além de outros imprevistos.

No passado, mesmo sem verba, vinham as pessoas do POC que estavam no fundo de desemprego e faziam a limpeza das ruas, o que não acontece agora, porque já não existem estes programas. Por outro lado, o Movimento recolheu as assinaturas e depois é que pediu a um consultor para fazer uma análise financeira para determinar a viabilidade da desagregação. Regra geral, as empresas, antes de investirem em algum local, primeiro fazem um estudo de viabilidade, depois é decidem se investem ou não. Na realidade, hoje em dia, existem cada vez mais empresas que fazem parcerias e junções para serem competitivas no mercado.



No que diz respeito à proximidade, é importante salientar que, a 3 quilómetros, os carreirenses podem aceder ao Espaço Cidadão, ter a Junta aberta de segunda a sexta-feira, das 9 horas as 19 horas, ter acesso ao Posto dos Correios, ao Centro de Saúde, ao Banco, entre outros serviços.

Em relação ao Centro de Saúde, o fecho na Carreira nada teve que ver com a agregação das freguesias, mas com a falta de utentes, primeiro sinal de que a Carreira está a ficar despovoada. Neste momento, até Carvide, que tem mais população que a Carreira e que continua agregada a Monte Real, e não pretende sair da União das Freguesias de Monte Real e Carvide, não tem médico e recorre a Monte Redondo.

Vítor Tomé referiu ainda que a população da Carreira tem médico de família e existe uma parte dos utentes de Monte Redondo que não tem, porque existe a falta de um médico no posto médico. Assim, o investimento que a União das Freguesias fez no posto médico de Monte Redondo também vem beneficiar a população da Carreira.

Outra questão é a do Carnaval. Há algum tempo, disse-se na Carreira que a junta estava a tentar levar o Carnaval para Monte Redondo, quando nunca houve essa intenção, apesar de o presidente da Associação do Carnaval ser de Monte Redondo e de os melhores carros alegóricos terem vindo de Monte Redondo. O Carnaval da Carreira surgiu, porque algumas pessoas faziam uns carritos para participarem no desfile em Monte Real e daí surgiu a ideia de se fazer o Carnaval na Carreira. Os Carreirenses deviam estar a discutir a forma de unir as coletividades, como fizeram as localidades do Casal dos Claros e da Coucinheira, que formaram uma coletividade única com diversos departamentos, e todos funcionam.

Este movimento fala em falta de representatividade na União das Freguesias da parte da Carreira. Na realidade, as pessoas que estão à frente deste movimento, quando tinham a responsabilidade de representar o povo, nunca se sentaram à mesa no sentido de negociar uma forma em que ambas as freguesias não perdessem representatividade, o que Vítor Tomé sempre defendeu. No último ato eleitoral que houve para União das Freguesias, nas listas do PSD e do CDS não havia ninguém elegível que representasse a Carreira. Foi o único cidadão da Carreira que colocou essa questão ao líder do PSD da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, curiosamente neste local. E não o fez ao CDS porque não realizou qualquer sessão de esclarecimento. Mas, mesmo assim, nunca deixamos de ter representantes na União das Freguesias Monte Redondo e Carreira: a Lina António, como secretária do executivo e a sua pessoa na assembleia de freguesia, que sempre defendeu os interesses da Carreira.

Na reunião que o movimento fez com a bancada do PS da Assembleia de Freguesia, o líder desse movimento teve a simples declaração: «A decisão está do vosso lado, se eu estivesse do vosso lado, não sabia o que queria ir fazer!».

Esta afirmação torna-se grave pela simples razão de que uma pessoa que é voz deste movimento, que quer à força separar as freguesias, diz que não sabia o que decidir se estivesse na assembleia. Assim como também referiu: «Se as coisas correrem mal, voltamos para o Souto!».

Depois da desagregação, a Carreira tem de fazer três mandatos como freguesia única, ou seja, 12 anos de mandato. Se as coisas correrem mal, como é a sua previsão, segundo o líder do Movimento Carreira Mais,



vamos para o Souto! Passados 48 anos de freguesia da Carreira, voltamos à casa mãe, mãe essa que provavelmente também vai ser muito velhinha. Vítor Tomé questiona se o Souto ao fim de 48 anos vai aceitar a Carreira, como freguesia falida, ou como uma pequena localidade. Nessa altura até pode nem não existir a lei agregação de freguesias. Outra questão que colocou foi se o Souto não perde identidade.

De seguida, Vítor Tomé referiu que, em tempos, existiu uma unidade fabril, a Monliz, que trouxe muita gente para a Carreira e fez parte da economia local. Houve um movimento que protestou contra o mau cheiro que esta fábrica estava a produzir. Nessa altura, podia ter havido uma intermediação da parte da junta para que este assunto fosse resolvido e a Monliz não tivesse saído da Carreira. Este, sem dúvida, foi o primeiro erro que a Carreira cometeu e irá agora cometer o segundo, pois vai comprometer o desenvolvimento e sustentabilidade financeira da Carreira enquanto freguesia.

Este ano está previsto o começo das obras do Parque Industrial de Monte Redondo de que a Câmara Municipal de Leiria é proprietária em 100% e que vai ajudar Monte Redondo a expandir. A Carreira podia aproveitar essa situação e crescer também.

Mesmo que alguma empresa se queira instalar na Carreira, a Câmara vai fazer tudo o que tiver ao seu alcance para colocar essa empresa no Parque Industrial, pois precisa de reaver o dinheiro investido.

Hoje existem 900 eleitores e o panorama é muito diferente. Houve uma bancarrota em 2011, depois uma pandemia e uma guerra na Europa, que está mais próxima de ser uma guerra mundial do que de acabar. Tudo isso provoca uma grande inflação, uma incerteza no futuro. Convidou todos a contar quantos cafés ou tabernas existiram na Carreira e quantos há atualmente.

Com receio de o seu raciocínio não estar correto, teve o cuidado de conversar com algumas pessoas que fazem parte das autarquias locais, que estão no ativo, e pertencem a cores partidárias diferentes, sobre a desagregação da Carreira. Algumas delas são pessoas com grandes conhecimentos em termos das freguesias e dizem que é sem dúvida um grande erro e que gostariam de ter uma freguesia como a nossa.

Para terminar, dirigiu-se aos seus colegas, membros da assembleia de freguesia, tanto do PS como do PSD. Foram eleitos num universo de 4777 eleitores, democraticamente, em consciência e anonimamente, referindo que o Movimento Carreira Mais tem 690 assinaturas e questionando sobre como informaram essas pessoas, se eles próprios têm dúvidas. No entanto, só precisavam de 270 assinaturas. Pediu aos membros da assembleia de freguesia que, no dia 23 de novembro, votem em consciência, pois a população das duas freguesias elegeram-os, com o propósito de que façam o melhor para as pessoas e para os seus bens. Terminou com a metáfora de que «a Carreira acabou de entrar nos cuidados paliativos».

Renato Silva afirmou em primeiro lugar que esteve presente nesta reunião extraordinária na qualidade de membro da assembleia de freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira. E, nesse sentido, declarou que tem a obrigação de ser absolutamente justo com todos os cidadãos de toda a freguesia, sem exceção de lugar da União das Freguesias.

Na sua intervenção, começou por fazer referência ao início do processo da união das freguesias em 2012, ao momento em que o tema da união das freguesias foi debatido em Monte Redondo. À data, era



membro da assembleia de freguesia de Monte Redondo e, a partir do momento em que todos estavam perante a obrigatoriedade da união das freguesias, encarou a circunstância como uma oportunidade para ambas as freguesias, para as suas populações se porem à prova e tentarem ser maiores, mais fortes.

Foi por esse motivo que declarou, em assembleia de freguesia da Freguesia de Monte Redondo, ser favorável à união. E por mais do que uma vez, em assembleias seguintes, frisou que entendia que a união das freguesias não era um ato que fosse retirar qualquer identidade a qualquer uma das freguesias ou que esta fosse a oportunidade para alguma delas reclamar a superioridade sobre a outra. E ainda hoje mantém essa opinião.

Dirigiu-se aos representantes do Movimento com quem os elementos da assembleia de freguesia eleitos pelo PS reuniram no dia 16/11/2022. Tendo a reunião ocorrido a convite do Movimento, à semelhança do que fez nessa reunião, destacou com bastante desagrado que ela só tenha ocorrido dois dias antes desta reunião extraordinária de assembleia. Sendo esta uma questão tão relevante para a União das Freguesias e para cada uma das freguesias em separado (Carreira e Monte Redondo), enquanto membro da assembleia que tem a responsabilidade de, com o seu voto, permitir ou não que ocorra a separação, em sua opinião, essa reunião deveria ter ocorrido há muito tempo, não dois dias antes desta reunião de apreciação e discussão.

Afirmou que podê-lo-iam ter feito, por exemplo, a partir do dia 13 de julho de 2022, dia em que foi criado o Movimento. Considera que até poderiam ter contado com o apoio da assembleia de freguesia na elaboração da proposta, evitando assim ainda mais separações entre as populações e boatos criados em torno das duas freguesias.

Teceu igualmente algumas considerações decorrentes da sua análise à proposta entregue pelo movimento em 04/11/2022.

Começou por afirmar que a identidade – o contexto do principal motivo invocado pelo Movimento, cuja população da Carreira considera que perdeu – é algo que é comum a todos os territórios, que se vai criando e alimentado ao longo dos anos e que existe sempre. Ela é própria da Carreira, mas também é de Monte Redondo e deu como referência a comunidade dos Avieiros nas margens do Rio Tejo, um grupo de pessoas da zona da Praia da Vieira que, perante a dificuldade de ir pescar no mar no inverno, sendo menos arriscado pescar no rio, migraram para as margens do Rio Tejo na zona do Ribatejo, indo até à zona de Vila Franca de Xira. Cada uma dessas pessoas transportou a identidade da sua terra e ainda hoje são conhecidos como Avieiros.

Salientou que a identidade da Carreira e a de Monte Redondo estarão sempre onde estiver uma única pessoa que seja destas freguesias. Basta uma!

Sobre as atividades económicas da Carreira, destacou o caso da Monliz, um fenómeno à época: permitiu um acréscimo de emprego, a fixação de pessoas na Carreira e o desenvolvimento de estabelecimentos de comércio locais. A Monliz já não existe e alguns dos estabelecimentos que existiam na sua envolvente também já não existem!



Considera que a Monliz terá sido o expoente máximo no desenvolvimento da Carreira e que a sua existência terá contribuído e muito para a criação da freguesia em 1989. E deixou uma questão: que perspetivas atuais e futuras a médio prazo permitem antever um fenómeno semelhante na Carreira?

Abordou ainda o facto de o Movimento ter destacado um desenvolvimento económico da Carreira potenciado pela proximidade a vias de comunicação. Nesse contexto, propôs que todos fizessem um exercício de comparação entre as Várzeas – uma povoação a sul da Carreira —Monte Redondo – a povoação a norte da Carreira – e a própria Carreira, todas elas atravessadas pela EN109. Não vê que seja comparável o desenvolvimento das Várzeas e de Monte Redondo (com maior desenvolvimento) com o da Carreira.

Quanto à linha do Oeste, até ao momento, afirmou que não consegue associar-lhe um claro desenvolvimento da Carreira.

No fim, questionou se fará sentido admitir que as vias de comunicação estejam a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da Carreira.

Referiu-se também à Escola EB2-3 Rainha Santa Isabel (que considera ser efetivamente um valor acrescentado à Carreira) e ao Colégio Dr. Luís Pereira da Costa, salientando que considera ser efetivamente um valor acrescentado à Carreira, e que não faz distinção se uma é melhor do que a outra. Mas, uma vez mais, propôs que se fizesse um paralelo: em Monte Redondo, percebe-se que o Colégio Dr. Luís Pereira da Costa, associado a um investimento privado, fomentou uma série de comércio locais na sua envolvente, potencia o dinamismo da zona, gera economia local. Questionou então se vale a pena comparar com a envolvente da Escola EB2-3 Rainha Santa Isabel na Carreira. Frisou ainda que não considera que o PDM seja a justificação para a falta de desenvolvimento. Para justificar, deu o exemplo de que, iniciando o percurso na Rua Principal até à EN109, passando pela escola EB2-3, do lado direito, todas as parcelas de terreno estão classificadas no PDM de Leiria como aptas para construção.

Relativamente ao número de população da Carreira que o Movimento afirma ter vindo a crescer, questiona como é que se justifica então que entre 2009 e 2022, a Carreira tenha perdido 257 eleitores (5 km²). Indicou que Monte Redondo, em igual período, perdeu 303 eleitores, mas é quase 10 vezes maior em área do que a Carreira. Salientou que nestes números não estão apenas as pessoas que morreram: estão igualmente jovens que deixam a Carreira para estudar e já não voltam. Considera que se deve questionar por que motivo não voltam. Será por falta de oportunidades de trabalho?

Quanto aos serviços, fez uma única referência, ao facto de, no estudo de viabilidade financeira apresentado pelo Movimento, no quadro das despesas não constar o valor da despesa anual fixa de 3690€ inerente à caixa multibanco, suscitando-lhe por este motivo muitas dúvidas sobre a sua existência no futuro.

Abordou igualmente o assunto do Carnaval da Carreira, tendo inequívoca e perentoriamente afirmado que o Carnaval da Carreira é da Carreira e aproveitou para estabelecer mais um ponto de comparação, tendo questionado todos os presentes se faria sentido a Fesmonte ocorrer na Carreira. Evidenciou que o Carnaval da Carreira é e será sempre na Carreira, assim como a Fesmonte será sempre em Monte Redondo.



Para concluir a sua intervenção, reiterou que fomos todos obrigados a uma união, mas estivemos todos perante uma oportunidade para sermos maiores, fazermos crescer a nossa freguesia, ter uma maior representatividade na zona mais a norte do Concelho de Leiria, termos um peso político maior e um orçamento maior que permitiu ter um tipo de investimento maior do que uma freguesia pequena.

Questionou por que motivo, à data, não existiram movimentos de desagregação com origem em Monte Redondo. Terá sido porque as pessoas de Monte Redondo não sentem o seu orgulho ferido ou porque não acreditam na perda de identidade com uma união de freguesias? Ou será porque lhes é indiferente a separação das freguesias? Será que andam distraídos ou desinteressados?

Terminou dizendo que uma resposta tinha: é que, desde o início da união das freguesias, foi bastante evidente o permanente boicote à união por parte da Carreira, ressalvando as devidas exceções.

Joana Pinto afirmou entender algumas das palavras dos membros da assembleia. Claro que o Movimento Carreira Mais acertou e errou como qualquer Movimento, qualquer partido, mas o ponto único desta assembleia é a Proposta de Desagregação das Freguesias e considera que se trataram de assuntos fora do contexto. Os membros da assembleia devem focar-se mais na Proposta, visto que, se a maior parte da população está unida, sendo a maioria das assinaturas de pessoas da Carreira, e, se a Proposta cumpre os requisitos legais, os membros da assembleia não podem ir muito para o passado nem se devem envolver em questões políticas, mas pensar nas pessoas.

Paulo Gaspar esclareceu que o assunto da identidade tem de ser contextualizado com todas as questões debatidas.

O senhor presidente da assembleia deu, então, a palavra ao representante do Movimento Carreira Mais, senhor Mário Carvalho, que, relativamente à intervenção de Renato Silva, quando questionou a senhora presidente da junta, referiu que, durante o tempo em que Monte Redondo foi Junta de Freguesia, nunca apresentou saldos negativos, o saldo de gerência foi sempre positivo de uns anos para os outros. O mesmo se passou na Carreira. Desde que foi constituída em 1989, é uma pequena freguesia, tem recursos próprios, tem transferências próprias e tem o apoio que vem do Município, com base no peso político ou na disponibilidade de cada um para ter mais apoio por parte do Município.

Esclareceu que todo o tipo de investimento que é feito nas juntas de freguesia é pago em 85% pela Câmara e 15% pelas juntas de freguesia. Quando se diz que há um milhão de euros de investimento, que se fizeram pavimentações nas ruas da Carreira e o saneamento, a Junta de Freguesia não tem qualquer intervenção nessa matéria.

Por outro lado, quando solicitou informação, queria agradecer à senhora presidente da junta pela disponibilidade. Trocaram emails no dia 11 de agosto de 2022, em que a senhora presidente lhe enviou um email com a informação da despesa fixa que depois foi reportada para a Proposta de Viabilidade do Movimento. Este Parecer do Executivo facilitou-lhes o trabalho, mas os valores que lhes foram reportados na altura são completamente diferentes, dando alguns exemplos.



Afirmou que a Proposta está aberta a sugestões da assembleia para melhorá-la. Seguidamente, questionou a veracidade de alguns valores relativos ao saldo da freguesia da Carreira, nomeadamente o facto de a Carreira só ter 1500 euros de saldo.

Céline Gaspar interveio, afirmando que tem todos os documentos comprovativos das contas, que são públicas e podem ser consultadas por qualquer cidadão, pelo que não admite que a sua integridade seja posta em causa. Nunca se mostrou contra a desagregação, é uma decisão do povo da Carreira e os membros da assembleia devem votar nesse sentido. O que não pode aceitar é que a sua imagem seja denegrida injustamente, pois sempre fez o melhor que podia e sabia pela Carreira.

Quanto à intervenção da senhora Joana Pinto, agradeceu-lhe por perceber as razões do Movimento.

Quanto à intervenção do senhor José Carlos Pereira, não sabe se todos irão perder, porque não pode haver sentimento de perda ou de ganho. Tem que haver uma visão diferente. Monte Redondo perdeu com a agregação, não quer que perca com a desagregação.

Quanto ao senhor Vítor Tomé, efetivamente aquilo que o Movimento pretende é que as comunidades se mantenham unidas, mas independentes. As comunidades têm de continuar a coexistir e os carreirenses precisam de ir a Monte Redondo, ao centro de saúde, à GNR, à Caixa Geral de Depósitos. Monte Redondo poderá precisar de vir fazer outras coisas à Carreira. A desagregação não significa que se vá cortar relações com Monte Redondo.

Quanto à intervenção do senhor Renato, o que o Movimento pretende não é ter uma zona industrial como vai ter Monte Redondo, quer ser uma comunidade pequena; a limitação é grande, na medida em que a História da Carreira é recente, e não se pode comparar com Monte Redondo ou com as Várzeas. O lugar existia, sempre esteve condicionado pelo Souto da Carpalhosa, e quando se tornou freguesia, criou-se alguma dinâmica que permitiu desenvolver a freguesia, e é o que esperam para o futuro. Não querem zonas industriais, querem ser um lugar onde possam viver tranquilamente e cativar as pessoas para viver. A Carreira tem tempo para evoluir.

Renato Silva esclareceu que não se referiu a zonas industriais, mas sim a pequenas indústrias.

Céline Gaspar pediu desculpa por ter interrompido o senhor Mário Carvalho. Em relação aos *emails* trocados com o Movimento, estão todos no dossiê que a senhora presidente tem com ela e podem ser consultados. A única informação que não enviou foi a Participação do Serviço Nacional de Saúde com a indicação do que é descontado do FFF. Se o Parecer do Movimento tivesse todos os dados enviados pelo executivo, não teria sido necessário fazer a tabela com todas as contas. O senhor Mário Carvalho não pode justificar que fez aquela tabela de receitas e despesas porque não obteve informação. Essa tabela nem as contribuições dos eleitos locais tem. A partir do momento em que colocam em causa a sua boa vontade, não aceita, e deixa registado que esteve sempre totalmente disponível para o Movimento. Questionou o Movimento sobre o motivo pelo qual não mostrou a Proposta ao executivo para verificar se estava tudo conforme. Mas o senhor Mário Carvalho não o fez, porque, desde o primeiro momento da união, que não aceitou que a «miúda» ficasse à frente da União e fica registado que tem uma atitude pela frente e outra pelas costas.



A viabilidade financeira apresentada pelo executivo é um cenário, porque o que acontece dentro de uma Junta de Freguesia é muito incerto. Tem o dever de alertar para as dificuldades. Também não foi a favor da agregação e acha que devem lutar pela sua independência. No entanto, a Proposta tem falta de informação em alguns pontos, nomeadamente a nível legal, não refere a carreira profissional que pretendem, o que deve ser corrigido, porque a Proposta pode passar na Assembleia de Freguesia e na Assembleia Municipal, mas pode não passar na Assembleia da República, pelo que a Proposta deve ser enviada o mais detalhadamente possível.

Afirma que diz o que pensa, sem desrespeitar a opinião de terceiros e, quando apresenta documentos que provam as afirmações que faz, não aceita que digam que é mentira.

Em relação às obras, a informação dada foi deturpada pelo senhor Mário Carvalho, pois a maioria dos investimentos nas freguesias é feita com o apoio da Câmara Municipal e com os contratos interadministrativos da Câmara e por administração direta da Câmara Municipal. O saneamento foi feito por administração direta da Câmara, os pavimentos têm contratos interadministrativos administrados pela Junta de Freguesia, pelo que gostaria de saber quantos investimentos fez enquanto presidente da junta com receita própria da Carreira.

Paulo Gaspar terminou a sessão, informando que a votação da Proposta será no dia 23 de novembro, às 21h30m, no salão da igreja. Irá enviar ao Movimento uma Proposta de Alteração a esta Proposta (ANEXO 2), dos membros do PS, a qual foi lida para conhecimento de todos. Estabeleceu um prazo de três dias para o Movimento analisar a Proposta da Bancada do PS, para que os membros da assembleia analisem a versão final da Proposta do Movimento.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão às 23h55, da qual se lavrou a ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

(Lino Loureiro)